

11.6 — Os critérios de apreciação e ponderação da prova teórica e da entrevista de selecção, bem como o sistema de classificação final, constam de acta da reunião do júri do concurso, que será facultada aos candidatos sempre que solicitada.

12 — O júri do concurso terá a seguinte composição:

Presidente — Dr. João Manuel dos Santos Henriques, vice-presidente da Câmara Municipal de Mogadouro.

Vogais efectivos:

Dr. António Luís Moreira, chefe de divisão Administrativa e Financeira.

Fiscal municipal especialista principal Manuel Luís Pimentel.

Vogal suplente — Engenheiro civil de 2.ª classe Abel Afonso Varandas.

O 1.º vogal efectivo substituirá o presidente nas suas faltas e impedimentos.

13 — A data, o local e o horário da realização das provas de selecção serão dados a conhecer por escrito aos candidatos admitidos ou publicados na 2.ª série do *Diário da República*, conforme os casos, em cumprimento do disposto nos termos do artigo 35.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, adaptado à administração local pelo Decreto-Lei n.º 238/99, de 25 de Junho.

14 — As listas dos candidatos admitidos e excluídos e as de classificação final serão afixadas, para consulta, no placard da Secretaria do edifício dos Paços do Município ou publicadas no *Diário da República*, 2.ª série, em conformidade com o disposto nos artigos 33.º, 34.º, 38.º e 40.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, adaptado à administração local pelo Decreto-Lei n.º 238/99, de 25 de Junho.

21 de Setembro de 2007. — O Presidente da Câmara, *António Guilherme Sá de Moraes Machado*.

2611058024

CÂMARA MUNICIPAL DA MOITA

Aviso n.º 21 134/2007

Para os devidos efeitos se torna público que, por despacho do presidente da Câmara de 27 de Agosto de 2007, foi celebrado, nos termos do artigo 139.º da Lei n.º 99/2003, de 27 de Agosto, regulamentada pela Lei n.º 35/2004, de 29 de Julho, aplicada à administração local pela Lei n.º 23/2004, de 22 de Junho, contrato de trabalho a termo certo com Berta Catarina Esteves Oliveira Azevedo, candidata classificada em 1.º lugar na oferta pública de emprego, com vista à contratação de um técnico superior de línguas e literaturas modernas.

O contrato será válido por um ano, eventualmente renovável, e teve início a 15 de Outubro de 2007. (Isento de visto do Tribunal de Contas.)

15 de Outubro de 2007. — A Directora do Departamento de Recursos Humanos, por delegação de competências, *Rosária Maria Soares Murça*.

2611058232

Aviso n.º 21 135/2007

Para os devidos efeitos se torna público que, por despacho do presidente da Câmara de 26 de Setembro de 2007, foi nomeado para o lugar de técnico superior de 2.ª classe — arquitectura (estágio), vago neste quadro de pessoal, Jorge Miguel Sequeira de Almirante Marques, candidato classificado em 1.º lugar no concurso externo de ingresso (admissão a estágio) para provimento de um lugar de técnico superior de 2.ª classe — arquitectura, aberto por aviso inserido no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 190, de 2 de Outubro de 2006.

A frequência de estágio é feita através de contrato administrativo de provimento com a duração de um ano, prorrogável até à data da aceitação da nomeação e terá início no prazo de 20 dias a contar da data da publicação do presente aviso no *Diário da República*. (Isento de visto do Tribunal de Contas, nos termos do artigo 114.º da Lei n.º 98/97, de 26 de Agosto.)

15 de Outubro de 2007. — A Directora do Departamento de Recursos Humanos, por delegação de competências, *Rosária Maria Soares Murça*.

2611058237

Aviso n.º 21 136/2007

Para os devidos efeitos se torna público que, por despacho do presidente da Câmara de 19 de Setembro de 2007, foi nomeada para o lugar de cantoneiro de limpeza, vago neste quadro de pessoal, Lígia Paula Gomes Duarte de Araújo, candidata classificada no 16.º lugar

no concurso externo de ingresso para provimento de seis lugares de cantoneiro de limpeza, aberto por aviso publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 5, de 8 de Janeiro de 2007.

A nomeação em causa foi por urgente conveniência de serviço e teve início no dia 15 de Outubro de 2007. (Isento de visto do Tribunal de Contas.)

15 de Outubro de 2007. — A Directora do Departamento de Recursos Humanos, por delegação de competências, *Rosária Maria Soares Murça*.

2611058236

Aviso n.º 21 137/2007

Para os devidos efeitos se torna público que Berta Catarina Esteves Oliveira Ferreira de Azevedo solicitou a rescisão do contrato de avença celebrado com esta Câmara Municipal em 3 de Outubro de 2005. Mais se torna público, que por despacho do presidente da Câmara de 17 de Setembro de 2007, o referido contrato se extinguiu no dia 14 de Outubro de 2007.

18 de Outubro de 2007. — A Directora do Departamento de Recursos Humanos, por delegação de competências, *Rosária Maria Soares Murça*.

2611058239

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-NOVO

Aviso n.º 21 138/2007

Discussão pública sobre operação de loteamento no centro histórico da cidade e concelho de Montemor-o-Novo

Em cumprimento do disposto no n.º 1 do artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, republicado com alterações em anexo ao Decreto-Lei n.º 177/2001, de 4 de Junho, torna-se público que se encontra aberto um período de discussão pública, nos termos do disposto no artigo 77.º do Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de Setembro, com a nova redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 310/2003, de 10 de Dezembro, com a duração de 20 dias úteis a contar do dia seguinte ao da publicação do presente aviso no *Diário da República*, respeitante ao projecto de operação de loteamento sito na área do centro histórico de Montemor-o-Novo, Rua da Torre da Machada, Rua do Quebra-Costas e Rua da Encosta do Castelo, freguesia de Nossa Senhora da Vila, concelho de Montemor-o-Novo, cuja aprovação foi requerida por Quattor — Investimentos Imobiliários, L.ª, para o seu prédio urbano descrito na Conservatória do Registo Predial de Montemor-o-Novo sob o n.º 00210/130286 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo 235 daquela referida freguesia.

O processo poderá ser consultado das 9 horas às 12 horas e 30 minutos e das 14 horas às 17 horas e 30 minutos no Serviço de Gestão Urbanística da Divisão de Administração Urbanística desta Câmara Municipal, podendo todos os interessados apresentarem, no decorrer do prazo acima indicado, observações, sugestões, reclamações ou pedidos de esclarecimento, devendo sempre fazê-los por escrito e devidamente fundamentados.

18 de Outubro de 2007. — O Presidente da Câmara, *Carlos Pinto de Sá*.

2611058194

CÂMARA MUNICIPAL DE ODEMIRA

Aviso n.º 21 139/2007

Torno público que, por meu despacho de 17 de Outubro do corrente ano, foi autorizado o engenheiro técnico civil de 2.ª classe Ivo Romão Loução Martins a gozar licença sem vencimento pelo período de 90 dias, de harmonia com o disposto no n.º 1 do artigo 74.º do Decreto-Lei n.º 100/99, de 31 de Março, a partir do dia 22 de Outubro de 2007.

18 de Outubro de 2007. — O Vereador em Regime de Permanência, *Carlos Alberto Silva Oliveira*.

2611058006

CÂMARA MUNICIPAL DE OEIRAS

Aviso n.º 21 140/2007

Faz-se público que, por despacho do presidente da Câmara de 8 de Outubro de 2007, foi nomeada, na sequência do concurso interno de acesso geral para provimento de um lugar de técnico superior

(serviço social e política social) assessor principal, aberto nos termos da alínea a) do n.º 4 do artigo 6.º, conjugado com o n.º 5 do artigo 8.º, ambos do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, publicado por aviso no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 127, de 4 de Julho de 2007, a candidata Maria Isabel Redondo Martins, a qual, nos termos do Decreto Lei n.º 412-A/98, de 30 de Dezembro, conjugado com o Decreto-Lei n.º 353-A/89, de 16 de Outubro, aplicável à administração local, passa a ser remunerada pelo escalão 1, índice 710. (Não está sujeito a visto do Tribunal de Contas — artigos 46.º, n.º 1, e 114.º, n.º 1, da Lei n.º 98/97, de 26 de Agosto.)

18 de Outubro de 2007. — Pelo Presidente da Câmara, a Directora do Departamento de Gestão de Recursos Humanos, *Célia Simões*.
2611058025

Aviso n.º 21 141/2007

Faz-se público que, nos termos do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, aplicável à administração local pelo Decreto-Lei n.º 409/91, de 17 de Outubro, por despacho do presidente da Câmara de 16 de Outubro de 2007, foi exonerado a seu pedido a cantoneira de limpeza Mónica Sofia Pereira Curto, com efeitos ao dia 8 de Outubro de 2007.

18 de Outubro de 2007. — A Directora do Departamento de Gestão de Recursos Humanos, *Célia Simões*.

2611057918

CÂMARA MUNICIPAL DE OLIVEIRA DO BAIRRO

Aviso n.º 21 142/2007

Mário João Ferreira da Silva Oliveira, presidente da Câmara Municipal de Oliveira do Bairro, faz público que, por deliberações aprovadas na 2.ª reunião realizada em 1 de Outubro de 2007 da 4.ª sessão ordinária da Assembleia Municipal iniciada em 26 de Setembro de 2007, sobre proposta subscrita na reunião ordinária da Câmara Municipal realizada em 30 de Agosto de 2007, foram fixadas as seguintes percentagens:

5% de participação no IRS dos sujeitos passivos com domicílio fiscal na respectiva circunscrição territorial calculada sobre a respectiva colecta líquida das deduções previstas n.º 1 do artigo 78.º do Código do IRS (ao abrigo do estatuído no artigo 20.º da Lei n.º 2/2007, de 15 de Janeiro);

1,5% de derrama sobre o lucro tributável sujeito e não isento de IRC que corresponda à proporção do rendimento gerado na sua área geográfica (ao abrigo do estatuído no n.º 1 do artigo 14.º da Lei n.º 2/2007, de 15 de Janeiro);

0,70% de IMI — imposto municipal sobre imóveis urbanos [ao abrigo do estatuído na alínea b) do n.º 1 do artigo 112.º da Lei n.º 287/2003, de 12 de Novembro];

0,40% de IMI — imposto municipal sobre imóveis urbanos avaliados nos termos do CIMI — Código do Imposto Municipal sobre Imóveis [ao abrigo do estatuído na alínea c) do n.º 1 do artigo 112.º da Lei n.º 287/2003, de 12 de Novembro];

0,25% de TMDP — taxa municipal de direito de passagem (ao abrigo do estatuído no artigo 106.º da Lei n.º 5/2004, de 10 de Fevereiro).

Para constar e para conhecimento dos interessados se publica o presente aviso na 2.ª série do *Diário da República*.

15 de Outubro de 2007. — O Presidente da Câmara, *Mário João Ferreira da Silva Oliveira*.

2611058217

CÂMARA MUNICIPAL DE PAMPILHOSA DA SERRA

Aviso n.º 21 143/2007

José Alberto Pacheco Brito Dias, presidente da Câmara Municipal de Pampilhosa da Serra, em cumprimento da alínea a) do n.º 1 do artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, aplicável à administração local pelo Decreto-Lei n.º 409/91, de 17 de Outubro, torna público que, por seu despacho de 17 de Outubro de 2007, foi nomeado no lugar de operário qualificado, carpinteiro de limpos, do quadro de pessoal deste município o funcionário José Gaspar Simão Gomes, pertencente ao quadro de pessoal da Câmara Municipal de Faro, na sequência do processo de transferência, nos termos previstos no artigo 4.º da Lei n.º 53/2006, de 7 de Dezembro, com efeitos a 1 de Novembro de 2007.

Em conformidade com o disposto no artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, deverá aceitar o respectivo lugar no

prazo de 20 dias a contar da publicação do presente aviso no *Diário da República*. (Ao abrigo do disposto no n.º 3 do artigo 114.º da Lei n.º 98/97, de 26 de Agosto, o presente processo está isento de visto prévio do Tribunal de Contas. Não são devidos emolumentos.)

17 de Outubro de 2007. — O Presidente da Câmara, *José Alberto Pacheco Brito Dias*.

2611057888

CÂMARA MUNICIPAL DE PAREDES DE COURA

Aviso n.º 21 144/2007

Avizam-se os interessados de que o Regulamento Municipal de Toponímia e Numeração de Edifícios do Município de Paredes de Coura, aprovado em reunião ordinária da Câmara Municipal e em sessão ordinária da Assembleia Municipal de 13 e de 28 de Setembro, respectivamente, se encontra disponibilizado no *site* do município de Paredes de Coura — contacto@cm-paredes-coura.pt —, bem como nos serviços de expediente geral do município de Paredes de Coura.

4 de Outubro de 2007. — O Presidente da Câmara, *António Pereira Júnior*.

2611057907

CÂMARA MUNICIPAL DE PONTA DELGADA

Aviso n.º 21 145/2007

1 — Para os devidos efeitos se torna público que, por despacho de 18 de Setembro de 2007, se encontra aberto, pelo prazo de 10 dias úteis a contar da data de publicação do presente aviso no *Diário da República*, concurso interno de acesso geral para um lugar de técnico superior principal da carreira de arquitecto do quadro de pessoal da Câmara Municipal de Ponta Delgada.

2 — O concurso é válido para a presente vaga.

3 — A este concurso poderão candidatar-se indivíduos que obedeam aos requisitos mencionados na alínea c) do n.º 1 do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 404-A/98, de 18 de Dezembro, adaptado à administração local pelo Decreto-Lei n.º 412-A/98, de 30 de Dezembro.

4 — O vencimento respeitante à categoria é o previsto no anexo II do Decreto-Lei n.º 412-A/98, de 30 de Dezembro.

5 — O conteúdo funcional do cargo a prover é o descrito no despacho n.º 6871/2002, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, de 3 de Abril de 2002.

6 — O local de trabalho é nos Paços do Concelho de Ponta Delgada.

7 — O método de selecção será constituído por avaliação curricular, que visa avaliar as aptidões profissionais dos candidatos na área para que o concurso é aberto, com base na análise do respectivo currículo profissional, ponderando a habilitação académica de base, a formação profissional, a experiência profissional, bem como a classificação de serviço, adoptando-se a escala de 0 a 20 valores de acordo com a seguinte fórmula:

$$AC = \frac{HL + CF + EP}{3}$$

8 — As candidaturas serão formalizadas mediante requerimento, entregue pessoalmente ou remetido por correio, com aviso de recepção, dentro do prazo de abertura do concurso, à presidente da Câmara Municipal de Ponta Delgada, sito à Rua de Santa Luzia, 18, São Sebastião, 9500-114 Ponta Delgada, e dele deverão constar os seguintes elementos:

a) Identificação completa (nome completo, filiação, naturalidade, data de nascimento, estado civil, nacionalidade, número, data de emissão, validade e serviço emissor do bilhete de identidade, número de identificação fiscal, situação militar, profissão, residência, código postal e telefone);

b) Habilitações académicas;

c) Identificação do concurso a que se candidata, assim como do *Diário da República* em que foi publicado o presente aviso, e declaração, em alíneas separadas e sob compromisso de honra, da situação precisa em que se encontra relativamente a cada uma das alíneas do artigo 29.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, e assinatura;

d) Quaisquer outros elementos que o candidato considere relevantes para apreciação do seu mérito ou que constituam motivo de preferência legal, desde que devidamente comprovados.

9 — Os requerimentos de admissão a concurso deverão ser acompanhados, sob pena de exclusão, dos seguintes documentos:

a) Currículo profissional, devidamente comprovado;

b) Bilhete de identidade e cartão de contribuinte;